

Saneamento precisa de mais um PAC

Governo terá que investir mais R\$ 150 bi em esgoto

Natalia Pacheco
Rio de Janeiro

Apesar dos R\$ 28,9 bilhões previstos para saneamento no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o governo federal vai ter de investir mais R\$ 150 bilhões na coleta e tratamento de esgotos em 2015. O diretor de Articulação Institucional da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Sergio Gonçalves, afirma que um PAC ainda é pouco para amenizar a poluição dos rios, principalmente os localizados nas nas regiões metropolitanas.

– O PAC não é suficiente. Por isso, há uma previsão de investir mais R\$ 123,6 bilhões em 2010 e R\$ 151,1 bilhões em 2015 – destacou o diretor, sem detalhar, no entanto, as fontes dos recursos.

Mais projetos

Cerca de 90% das obras de saneamento do PAC já estão em construção e as inaugurações dos principais projetos, como a estação de tratamento do rio Saracuí, na Baixada Fluminense, vão ocorrer no segundo semestre deste ano. Entretanto, as inaugurações de 10% das obras previstas no programa vão ficar para o sucessor do presidente Lula, depois de 2010. Ou seja, investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão no segmento vão ficar para o próximo presidente. No total, o programa abrange 878 projetos de saneamento.

Além do PAC e dos R\$ 151,1 bilhões, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, vai anunciar, em breve, o Plano Decenal de Saneamento. O programa vai incrementar mais R\$ 10 bilhões por ano de projetos. O objetivo, segundo o ministro, é dobrar a estrutura de coleta e tratamento de esgoto do país.

– Cerca de 60% das famílias contam com rede de esgoto, só que apenas um terço, o que corresponde a 18% do esgoto de todo o país, é tratado. A meta é sair dos 18% para 40% em 10 anos – explicou Minc, ao acrescentar que o plano será desenvolvido em parceria com o Ministério das Cidades.

Além dos robustos investimentos, o ministro disse que pretende criar limites de poluição das bacias hidrográficas, reforçar os comitês, agilizar o processo de cobrança da água e projetos de desassoreamento de rios.

– A população tem que ter consciência de que não pode jogar lixo nos rios. Além disso, uma maior rigidez na cobrança de água vai diminuir o desperdício – destacou o ministro.

Água para o desenvolvimento

O ex-diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) e professor de Recursos Hídricos da Coppe-UFRJ, Jerson Kelman, explica que um dos fatores que impedem o desenvolvimento de algumas áreas da região Nordeste e do próprio semi-árido é a falta de água.

– Tem água para beber. O que falta nesses lugares é água em abundância para indústrias. Um dos fatores determinantes para a fixação de empresas é a presença de água – explicou.

A seca, um dos principais fatores de migração da população, provoca o inchaço das regiões metropolitanas. Tal fenômeno contribui para o aumento da poluição dos rios, uma vez que a estrutura de saneamento não cresce na mesma proporção do fluxo populacional.

Outro ponto levantado por Kelman é a utilização dos rios como hidrovias.

– Os custos dos produtos aumentam substancialmente em função do predomínio das rodovia no país – lembrou.

Apesar da lei, cobrança ainda é incipiente

Aprovada em 1997, a Lei de Recursos Hídricos da Água, que prevê a cobrança do uso do insumo, ainda não faz muito efeito. Com a lei, oito comitês hidrográficos foram criados, mas apenas dois, o do Rio Paraíba do Sul e do Piracicaba, Capivari e Jundiá cobram pelo uso da água. Mesmo assim, a remuneração pelo uso da água só começou em 2003 e 2006, respectivamente. Em 2008, os dois comitês arrecadaram, juntos, R\$ 25 milhões. O montante fica com os comitês, que têm a obrigação de investir na rede de água e esgoto que abrangem. Cerca de 150 projetos são desenvolvidos com o recurso.

O próximo comitê a lançar mão da contribuição será o do rio São Francisco. A cobrança está prevista para o segundo semestre deste ano. Mais três comitês devem, até 2015, começar a receber dinheiro dos consumidores, segundo o gerente de Cobrança da ANA, Patrick Thadeu Thomas.

– A Lei não estipulou um prazo para a cobrança. Os comitês é que decidem – explicou.

Cobrança polêmica

Mas a obrigatoriedade da cobrança já gerou muita polêmica. As empresas públicas alegaram, no início, que não tinham como arcar sozinhas com o custo adicional. Para a Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), a contribuição chega a custar R\$ 20 milhões por ano.

O impasse foi resolvido no ano passado, com a mudança do artigo 5.234 da lei. A medida autorizou as empresas públicas a repassar o custo adicional aos consumidores. A Cedae vai iniciar o repasse no segundo semestre deste ano.

Aquífero Guarani

Além de revitalizar as bacias brasileiras, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, criou no fim de 2008, junto com representantes do Paraguai, Uruguai e Argentina, o Programa do Aquífero Guarani (PAG), o maior manancial de água doce do mundo, com 1,2 quilômetro de extensão.

O plano de exploração e gestão compartilhada prevê investimentos de US\$ 26 milhões em quatro projetos pilotos que serão administrados e desenvolvidos localmente. Metade desse investimento será financiado pelo Banco Mundial.

– O objetivo é evitar a poluição do Aquífero, que é estratégico – disse Minc.

PACHECO, N. **Saneamento precisa de mais um PAC.** Jornal do Brasil, País, 22/03/2009.